

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007182-83.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **SILVIA IVONE DE JESUS FERREIRA**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Silvia Ivone de Jesus Ferreira propôs a presente ação contra a ré Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., alegando que, no dia 27/10/2013, sofreu grave lesão com consequente debilidade permanente em virtude de acidente de trânsito, sofrendo TCE com trauma de face e fratura de zigomático esquerdo, cumulado com derrame pleural bilateral, diagnosticado através de exame de raio X.

Em contestação de folhas 38/53, a ré alega em sede de preliminar a falta de pressuposto processual por conta da ausência de documento essencial para a propositura da ação (laudo de exame de corpo de delito) e, no mérito, pede a improcedência da ação.

Despacho saneador proferido às fls. 75/76.

Quesitos apresentados pela ré às fls. 81/83. A autora não apresentou quesitos.

Laudo pericial de folhas 92/96, sobre o qual se manifestou a autora às fls. 100/101, impugnando-o; e manifestou-se a ré às fls. 102/104.

Relatado o essencial. Decido.

Passo ao julgamento do feito, sendo impertinente a prova oral, orientando-me pela prova pericial produzida.

1007182-83.2014.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

De início, afasto a preliminar de falta de pressuposto processual com fundamento na ausência de laudo de exame de corpo de delito porque a ausência dele não impede que as sequelas do acidente sejam constatadas por outros meios. Vejamos:

0192415-84.2012.8.26.0100 – Apelação /Acidente de Trânsito

Relator(a): Silvia Rocha

Comarca: São Paulo

Órgão julgador: 29ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 18/03/2015

Data de registro: 18/03/2015

Ementa: Ação de cobrança Seguro obrigatório (DPVAT) - "O recebimento do seguro obrigatório implica tão-somente quitação das verbas especificamente recebidas, não inibindo o beneficiário de promover a cobrança de eventual diferença" - Súmula 09 do TJSP. - **Ausência de documento indispensável à propositura da demanda - Inocorrência - Laudo de exame de corpo de delito do autor não é documento indispensável à propositura da ação, porque a apuração da existência de sequelas incapacitantes, decorrentes do acidente que ele sofreu, pode ser efetuada por outras provas.** - Repele-se alegação de cerceamento de defesa por falta de realização de perícia médica no autor, se há prova suficiente, nos autos, de sua incapacidade. - Verificado o julgamento ultra petita, afasta-se o excesso. Inaplicável a Lei nº 6.194/74, que limitava o valor da indenização de seguro obrigatório ao equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos para os casos de invalidez, vez que o art. 3º, alínea "a" da Lei nº 6.194/74 foi revogado pelas Leis nos 6.205/75 e 6.423/77 e modificado pela Lei nº 11.482/07, leis vigentes na data do sinistro. - Constatada que a invalidez do autor é total e permanente, dadas as suas circunstâncias, faz ele jus ao recebimento do total da indenização securitária, reservada para incapacidade total. - Correção monetária incide desde a data do pagamento parcial e juros contam-se da citação à taxa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das **Horário de Atendimento ao Público** << Campo excluído do banco de dados >>

mensal de 1% - Recurso parcialmente provido.

No mérito, procede a causa de pedir.

Pretende a autora o recebimento da indenização do seguro DPVAT, no valor de R\$13.500,00, valor máximo da tabela SUSEP, em decorrência das sequelas do acidente de trânsito sofrido em 27/10/2013.

O laudo pericial de fls. 92/96, mais especificamente em suas fls. 95, conclui que: “o nexo causal é procedente quanto ao acidente de trânsito sofrido pela autora em 27/10/2013 (fls. 17), bem como a sequela decorrente do Traumatismo Crânio Encefálico – anosmia – referida pela autora, lhe confere, desde que tecnicamente comprovada, invalidez parcial incompleta com percentual indenizatório em 75% (intensa) quanto a “Danos Corporais Totais Com Repercussão na íntegra do Patrimônio Físico” – item relativo a “Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais função vital”.

Dessa maneira, a autora faz jus ao recebimento de valor equivalente a 75% do total de R\$ 13.500,00 da tabela SUSEP, correspondente, à época do acidente, em R\$ 10.125,00. Como a ré não comprovou ter efetuado nenhum pagamento pela via administrativa, em nada se reduz o valor da indenização.

Assim, faz jus a autora ao recebimento da quantia de R\$10.125,00, devidamente atualizada pela tabela prática de atualização dos débitos judiciais do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, desde a data do sinistro até a data do efetivo pagamento, com incidência de juros de mora desde a citação.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$10.125,00, devidamente atualizada pela tabela prática de atualização dos débitos judiciais do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, desde a data do sinistro até a data

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

do efetivo pagamento, com incidência de juros de mora desde a citação. Condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% sobre o valor da condenação, porque merecidos, ante o trabalho realizado nos autos. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Carlos, 08 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**